

SUMÁRIO

ESTATÍSTICA DOS CONCURSOS DE PROCURADORIA MUNICIPAL	13
CAPÍTULO I	
AUTONOMIA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS E ASPECTOS DA ARRECADAÇÃO.....	17
1. Competência tributária municipal.....	17
1.1. Espécies de competência tributária	18
1.2. Mas que normas gerais são essas?	20
2. Eficiência na arrecadação tributária municipal e a possibilidade do protesto da CDA	21
3. Requisitos para os municípios concederem benefícios fiscais	26
4. Efeitos do reconhecimento da isenção tributária pelo ente municipal	29
5. Multa punitiva e art. 136 do CTN: responsabilidade objetiva ou subjetiva?	31
6. ISS fixo para optantes do Simples Nacional	37
7. Questões objetivas	40
8. Questões dissertativas	41
CAPÍTULO II	
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN.....	45
1. Aspecto material	45
1.1. Análise de alguns serviços da lista	59
1.1.1. Exportação de serviço	59
1.1.2. Conflitos entre ICMS e ISSQN: caso paradigma de Informática (software)	63
1.1.3. Atividades bancárias	66
1.1.4. Arrendamento mercantil – leasing	67
1.1.5. Franquia (franchising).....	70
1.1.6. Construção civil.....	75
1.1.7. Industrialização por encomenda.....	83
1.1.8. Aplicação da imunidade de jornais e periódicos	89
1.1.9. Locação de bens móveis.....	92
1.1.10. Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia	93
1.1.11. Serviços de transporte de natureza municipal.....	94
1.1.12. Serviços compartilhados (<i>cost sharing</i>)	94

1.1.13. Atividades de apostas e loterias	97
1.1.14. Serviço de compartilhamento de infraestrutura	98
2. Aspecto temporal	99
3. Aspecto espacial.....	100
3.1. Inovações promovidas pela Lei Complementar 157	108
3.2. Inovações trazidas pela Lei Complementar 175/2020.....	112
4. Aspecto subjetivo	119
4.1. Cartórios, notariais e registros públicos	121
4.2. Cooperativa	123
4.3. Serviços de coleta de sangue e análise clínica	124
5. Aspecto quantitativo	127
5.1. Base de cálculo	127
5.1.1. Base de cálculo especial para sociedades profissionais (ISS-fixo)	131
5.1.2. Arbitramento da base de cálculo – regime de estimativa.....	134
5.2. Alíquota	136
6. Informações complementares	139
6.1. Lançamento.....	139
6.2. Restituição do tributo perante a previsão do art. 166 do CTN	140
6.3. Regime de retenção no Simples Nacional.....	143
6.4. Requisitos de Isenções individuais.....	144
7. Alterações promovidas pela lei complementar 157/2016	146
7.1. Improbidade administrativa.....	146
7.2. Vigência da LC 157/2016	152
7.3. Definição da cota-parte no repasse do ICMS	152
7.4. Acréscimo de serviços na lista anexa à LC 116/2003	153
8. Quadro sinótico	159
9. Súmulas do STF e do STJ	160
9.1. Súmulas do STF	160
9.2. Súmulas do STJ	160
10. Síntese dos principais entendimentos sobre ISSQN	161
11. Questões objetivas	163
12. Questões dissertativas	178
CAPÍTULO III	
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU	195
1. Aspecto material	195

2.	Aspecto temporal	199
3.	Aspecto espacial.....	201
4.	Aspecto subjetivo	204
4.1.	Invasões de terras.....	207
4.2.	Terras da marinha.....	208
4.3.	Exigência do IPTU no caso de loteamento irregular.....	210
4.4.	Imunidades de terrenos baldios de Templos Religiosos e de Entidades Educacionais e Assistenciais.....	213
4.5.	Imunidades e sucessão tributária – caso da RFFSA	215
4.6.	Incidência do IPTU sobre imóvel com restrição ambiental.....	217
4.7.	Imunidade e Maçonaria	219
4.8.	Imunidade e cessão de imóveis públicos	221
5.	Aspecto quantitativo	226
5.1.	Base de cálculo.....	226
5.2.	Alíquota	230
5.3.	Antes da Emenda Constitucional 29/2000.....	234
5.4.	Após a Emenda Constitucional 29/2000.....	234
6.	Informações complementares	235
6.1.	Lançamento.....	235
6.2.	Exceção ao bem de família	236
6.3.	Repetição de indébito	236
7.	Quadro sinóptico	237
8.	Súmulas do STF e do STJ	237
8.1.	Súmulas do STF	237
8.2.	Súmulas do STJ.....	238
9.	Síntese dos principais entendimentos do STJ sobre IPTU.....	238
10.	Questões objetivas	242
11.	Questões dissertativas	258

CAPÍTULO IV

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS “INTER VIVOS” – ITBI	269	
1.	Aspecto material	269
1.1.	Desapropriação e usucapião.....	273
1.2.	Separação consensual e excesso oneroso de partilha.....	273
1.3.	Renúncia à herança	274
1.4.	Anulação do negócio jurídico de transmissão imobiliária.....	275
1.5.	Incidência do ITBI na integralização no capital de pessoa jurídica	278

1.5.1. Imunidade tributária das <i>Holdings</i> Patrimoniais e possíveis desvios de finalidade	281
1.6. Dissolução de condomínios sobre imóveis indivisíveis	284
2. Aspecto temporal	286
3. Aspecto espacial.....	290
4. Aspecto subjetivo	290
5. Aspecto quantitativo	290
5.1. Base de cálculo	290
5.2. Alíquota	294
6. Informações complementares	295
7. Quadro sinóptico	296
8. Súmulas do STF e STJ.....	296
8.1. Súmulas do STF	296
9. Síntese dos principais entendimentos do STJ sobre ITBI.....	297
10. Questões objetivas	297
11. Questões dissertativas	315

CAPÍTULO V

CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – COSIP	331
1. Aspecto material	331
2. Aspecto temporal	333
3. Aspecto espacial.....	333
4. Aspecto subjetivo	333
5. Aspecto quantitativo	333
5.1. Base de cálculo	333
5.2. Alíquota	333
6. Informações complementares	333
6.1. Taxas municipais – Diferenciação com a COSIP	334
7. Quadro sinóptico	336
8. Questões de concursos públicos.....	336

LEI COMPLEMENTAR 116/2006 ANOTADA.....	343
► Art. 1º	343
► Art. 2º	355
► Art. 3º	366
► Art. 4º	377
► Art. 5º	382

► Art. 6º	382
► Art. 7º	385
► Art. 8º	397
► Art. 8º-a	398
► Art. 9º	400
► Art. 10	400
 Lista de serviços anexa à lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	400
 REFERÊNCIAS	469